



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

Miguel Pereira, 15 de dezembro de 2025.

Mensagem nº 136/2025

**Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as),**

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA  
**PROJETO Nº 241/2025**

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA  
A Comissão de Justiça e Redação  
Em 15 de 12 de 25  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA  
A Comissão de Finanças e Orçamento  
Em 15 de 12 de 25  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, em caráter de urgência/urgentíssima, por intermédio de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que “DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025.”

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos do Município de Miguel Pereira com o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, nos termos dos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

A presente proposição tem por objetivo autorizar a regularização dos débitos previdenciários do Município, incluídas suas autarquias e fundações, mediante parcelamento e reparcelamento em condições especiais, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e a manutenção da regularidade previdenciária junto aos órgãos federais competentes.

Ressalta-se que a medida reveste-se de relevante interesse público, uma vez que contribui para a sustentabilidade do regime previdenciário municipal, viabiliza o cumprimento das exigências constitucionais e legais, e previne a imposição de



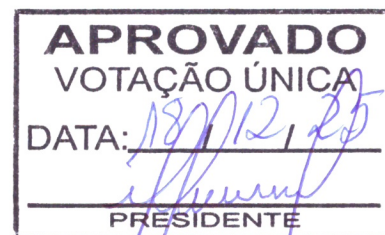
Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

sanções ao Município, inclusive quanto à obtenção de transferências voluntárias e certidões de regularidade.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Casa Legislativa, confiando em sua aprovação, por se tratar de providência necessária à boa gestão fiscal e previdenciária do Município de Miguel Pereira.

**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira.**  
**Em, 15 de dezembro de 2025.**

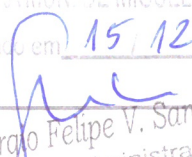
  
**PEDRO PAULO SAD COELHO**  
Prefeito Municipal



Exmo. Sr.

**VITOR BATISTA RALHA DE AFONSECA.**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Miguel Pereira.**

CÂMARA MUN. DE MIGUEL PEREIRA  
Recebido em 15/12/2025  
  
Sérgio Felipe V. Santos  
Agente Administrativo  
Matr. 01/010





Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

LEI N.º \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2025.

**DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Miguel Pereira, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

**§ 1º** As contratações a que se refere o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.

**§ 2º** Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:

I – à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e

II – às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência




Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

II – se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, caput, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira.**

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

  
**PEDRO PAULO SAD COELHO**  
Prefeito Municipal